

Artigos

A sociedade envelhecida, diante da reprodução social e a ação contra hegemônica

El envejecimiento de la sociedad, frente a la reproducción social y la acción contra hegemónica

The ageing society, on social reproduction and hegemonic action

José Bernardo E. Oliveira¹

Palavras chave:

Globalização
Envelhecimento
Reprodução social
Transformação
Autonomia

Resumo:

A sociedade está em mutação, influenciada, dentre outros, por fatores decorrentes do progresso tecnológico; da globalização e do envelhecimento da população. Os novos paradigmas nos levam a abrir um imenso leque de pesquisa sobre o contemporâneo, todavia o que mais estimula é fazer um exame sobre a sociedade envelhecida, frente ao aumento da expectativa de vida da humanidade e a opção das mulheres em diminuir a fecundidade. A população amadurece e ao longo das próximas décadas o mundo deverá estar preparado para adaptar-se a esse processo de envelhecimento. Nesse texto, a nossa análise terá dois rumos, primeiro as atitudes preventivas de nossos governantes, frente às questões das políticas públicas e, segundo, a reprodução social desses idosos, para a sua sobrevivência e qualidade de vida. A Reprodução Social, para esse estudo, é a dinâmica do modo de produção necessário à sobrevivência do indivíduo idoso na sociedade e, através da sua consciência transformadora da natureza, modificar a sua própria realidade. O conhecimento, as novas competências e a autonomia empreendedora, passam a ser condições importantes nesse processo.

Resumen:

La sociedad está cambiando, influenciado, entre otros, por factores derivados de los avances tecnológicos, la globalización y el envejecimiento de la población. Los nuevos paradigmas nos llevan a abrir una amplia gama de las actividades de investigación sobre el contemporáneo, sin embargo, la mayoría se estimula a realizar un examen sobre el envejecimiento de la sociedad, el aumento de la esperanza de vida de la humanidad y la opción de las mujeres por reducir la fecundidad. La población madura y en las próximas décadas el mundo debe estar preparado para adaptarse al proceso de envejecimiento. En este texto, el examen tendrá dos direcciones, primero las actitudes preventivas de nuestros dirigentes, las cuestiones de política pública y, en segundo lugar, la reproducción social de estas personas de la tercera edad, para su supervivencia y calidad de vida. La reproducción social, en el caso del presente estudio, es la dinámica del modo de producción necesario para la supervivencia del individuo anciano en la sociedad y, a través de su conciencia de transformar la naturaleza, modificar su propia realidad. El conocimiento, las nuevas habilidades y autonomía empresarial, pase ser condiciones importantes en este proceso.

Palabras clave:

Globalización
Envejecimiento
Reproducción social
Transformación
Autonomía

Keywords:

Globalization
Aging
Social Reproduction
Processing
Autonomy

Abstract:

The society is changing, influenced, among others, by factors arising from technological progress; globalization and the aging of the population. The new paradigms lead us to open up a huge range of research on the contemporary, however the most stimulates is to do an exam on the aging society, the increase in the life expectancy and the option for women to reduce fertility. In this text, our review will have two directions, first preventive attitudes of our rulers, forward the issues of public policy and, second, the social reproduction of these elderly people, for their survival and quality of life. The Social Reproduction, for this study, it is the dynamics of the mode of production necessary to the survival of the individual elderly in society and, through their awareness of transforming nature, modify their own reality. The knowledge, the new skills and entrepreneurial autonomy, pass be important conditions in this process.

A sociedade envelhecida, diante da reprodução social e a ação contra hegemônica

Em nossa análise vivemos num mundo globalizado e competitivo, onde prevalece o mais forte e o mais preparado, o que nos leva a refletir sobre a reprodução social da sociedade envelhecida, quando os idosos se deparam a um grande problema relacionado ao estigma formado pela sociedade, frente a sua capacidade produtiva e autonomia e, de forma geral, a alteridade em relação ao jovem.

Neste texto optamos em analisar sem uma ordem de importância, o comportamento da sociedade no processo de mutação e transformação, no que tange as consequências da globalização e as imposições de uma minoria que exclui grande parte da sociedade, segregada por grupos de negros; deficientes físicos; idosos e outros marginalizados, cuja escolha foi a alienação diante de uma sociedade hegemônica.

Diante de uma sociedade privilegiada algumas variáveis dão sustentação a competitividade e ao fortalecimento da superioridade e, o que parece, o conhecimento é uma condição principal no processo de socialização e reprodução social.

Desse modo, em Wanderley (2010, p.47), “o conhecimento exerce um papel fundamental nos processos de produção, subordinado a elementos econômicos e materiais”.

Nesta direção, não podemos descartar os modelos neoliberalistas, que excluíram alguns grupos menos favorecidos e até sociedades inteiras, precarizadas pelas imposições socioeconômicas dos países centrais, subtraindo a tecnologia

e o informacionismo, com a intenção de torná-los acéfalos e subordinados a elite. Felizmente, grupos sociais organizados, sem fins lucrativos e de forma autônoma, ou representantes da sociedade civil, como os sindicatos, fortalecidos por ações de solidariedade ou até mesmo por idealismo, atuam no campo das políticas públicas e/ou movimentos sociais, inclusive por pressões políticas, na representação das populações excluídas.

Alguns pesquisadores sociais e antropólogos, o processo de transformação social é consequência da globalização, como verificado pelo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, ao defende a existência de duas formas de globalização: a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica, que desde há algum tempo se vem opondo à primeira.

Para nosso interesse, destacamos a e a globalização contra hegemônica, quando o sociólogo português define como:

O conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo em que propõem concepções alternativas.

A globalização contra-hegemônica centra-se nas lutas contra a exclusão social. Atendendo a que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, a globalização contra-hegemônica é animada por um ethos redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos. (SANTOS, 2002: capítulos 5, 9).

Ao que se refere ao envelhecimento da sociedade, vemos como um tema

importante nesta discussão, quando em recente estudo da União Européia (EU), realizada pela Comissão Européia Direção do Emprego e Assuntos Sociais, demonstrou a variação na população, cujo envelhecimento persiste na grande parte desta população. O estudo ficou concentrado na Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Espanha e Polônia, quando fomenta uma grande transformação ao afetar as suas economias pela falta de mão de obra e custos elevados ao Estado. Esse *déficit demográfico*, esta sendo equilibrado com a presença de imigrantes, forçando a adaptação das leis em meio às crises.

Para Wanderley (2009, p. 21-22) a crise é entendida normalmente como: “Ruptura, fratura, desconfiança, pânico, pessimismo, sentimento emocional, transição, conflito, tensão etc. e, pode atingir todas as dimensões da sociedade: econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas”.

Segundo o autor, no geral, também se sabe que ela é estrutural ou conjuntural, parcial ou sistêmica, de curto ou longo prazo. As conjunturais e parciais são permanentes, com impactos maiores ou menores; as estruturais e sistêmicas abalam os alicerces, os fundamentos, os valores, as interpretações, e são mais esporádicas. Para nosso entendimento, esse fenômeno mundial do envelhecimento é uma crise vista na ótica permanente, que veio para abalar os alicerces dos menos preparados.

Sendo assim, me apropriado desta reflexão, ao considerar a crise como algo positivo neste processo de transformação, quando direciono este tema ao envelhecimento mundial como assunto relevante, todavia não deteriorante, se planejado e conscientizado da necessidade de rever alguns paradigmas. Para tal, contamos com as ações contra hegemônicas, que defendem a inclusão dos idosos no mercado de trabalho e empreendedores, futuros responsáveis pela economia do país,

quando fazemos referencia ao rápido crescimento do envelhecimento da população.

Nossa análise concentra no Brasil, face a um fator especial neste país, quando o *bônus demográfico*, torna-se tema relevante na questão demográfica, acima de tudo, ao se referir aos resultados futuros deste fenômeno para a sociedade brasileira, cujo momento é atípico e histórico em relação a força de trabalho mais jovem, ser muito maior do que a população considerada dependente.

A lógica desse interesse, esta na estimativa do aumento da população madura, e a somatória desta força de trabalho no auge produtivo, além daqueles trabalhadores em curso de envelhecimento. Trata-se do momento de prevenção ao agravamento futuro, uma crise negativa que pode ser evitada, se nossos governantes revisar alguns conceitos das políticas públicas, seja na capacitação da mão de obra; qualidade de vida e a abertura de projetos que viabilize a inserção futura da sociedade envelhecida.

Tal preocupação ajusta as nossas leituras e expectativas que se referem aos movimentos de mudança social, tais como o processo contra hegemônico no combate as ingerências neoliberalistas, que deterioram e excluem a população menos favorecida e, nesta reflexão incluímos a população envelhecida que tradicionalmente carrega o estigma da incompetência.

Segundo o Sumario Executivo requisitado e financiado pela Diretoria do Banco Mundial para o Brasil (*Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento / Washington, D.C.20433, USA- Março de 2011/ Coordenador Setorial: Michele Gragnolati*), com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre as questões estratégicas na formação de capital humano, tais como o envelhecimento populacional, o desenvolvimento infantil, a

qualidade da educação e de emprego, encontramos neste estudo, algumas razões que nos levassem a analisar mais de perto as transformações mundiais.

Nesta trajetória seguem as tensões sociais, que a sociedade vivencia em decorrência do desemprego mundial e a fragmentação dos postos de trabalho e, nesse cenário, vemos em paralelo as resultantes descontroladas nas relações sociais, tais como a violência urbana; problemas de moradia e as precariedades estruturais e conjunturais das políticas públicas.

Essas manifestações globais, no caso brasileiro, estão sendo acompanhadas pelos parceiros contra hegemônico, movimentado por entidades, que organizam e dinamizam ações sociais, para mudar as causas da crise. Wanderley (*apud* CHAIA; MACHADO, 2009), destaca:

A Sociedade Civil contra hegemônica que, contrariamente, enfatiza os efeitos perversos da presente globalização, tais como o aumento da pobreza, das desigualdades sociais, do subemprego e do desemprego, das injustiças, da exclusão dos setores sociais expressivos nos países ricos, e das maiorias nos países pobres. E lutam por reformas profundas no interior dos sistemas dominantes, além de, dependendo das condições objetivas de cada país, por mudanças estruturais de peso que permitam concretizar projetos alternativos ao capitalismo.

A globalização e o envelhecimento populacional são estudos que necessariamente complementam a nossa discussão, pois em ambas as situações envolvem o processo de transformação da humanidade. Vivemos um momento de socialização e de adaptação aos novos modelos voltados as políticas, a economia e as questões sociais. Nos últimos tempos a Sociedade Civil, vêm permeando o incen-

tivo das Políticas públicas; Políticas específicas de crédito; Articulação na geração e formalização de empregos; Criação de programas para inclusão no mercado de trabalho por meio de aprendizagem prática e capacitação profissional, bem como a orientação para (re) inserção ao trabalho.

Essa prática é o resultado da forte interferência da globalização, cujas medidas, na sua maioria, são originadas das ONGs internacionais, que promovem filiação entre os cidadãos de muitos países, refletindo a ideia de sociedade civil que opera no âmbito global (VIEIRA, 2001). No que tange as prevenções relacionadas a sociedade envelhecida, seja nas políticas públicas e no assentamento produtivo, tudo indica que as ONGs também terão seu papel importante nesse processo.

Para Vieira (2001), “cada vez mais membros de ONGs trabalham em delegações oficiais e penetram em instâncias oficiais de tomada de decisão”.

Para uma análise mais apurada nesse cenário de representação social e parceiros contra hegemônicos, fazemos nossas considerações sobre o movimento sindical na sociedade moderna, diante do processo de transformação do capital contemporâneo, que afeta a sociedade como um todo. Nesse cenário, assistimos as reações vindas das relações do capital e trabalho, envolvendo a ação social e antropológica dos sindicatos, não apenas como agente de proteção dos interesses das categorias econômica e laboral, mas exercendo um papel ativo na condução da sociedade.

Para uma avaliação mais contemporânea, esse órgão esta presente no fórum reformista, diferente do revolucionário, como pretendia o marxismo clássico. Os sindicatos fazem parte da sociedade civil, agindo na contra mão do Neoliberalismo, mediante ações de ajustes socioe-

conômicos, grande parte delas assumindo o papel do Estado, no que tange as políticas públicas. Tais ações residem no atendimento da capacitação profissional, serviço odontológico, jurídico e outros, ou mesmo na representação da sociedade, junto aos órgãos federais no papel político, os chamados “*Sindicato Cidadão*”.

É compreensível a intervenção dos sindicatos, pois a força de trabalho esta se transformando, dado as condições impostas pelos neoliberais, cujo principal objetivo é a redução do custo da mão de obra e a mudança do perfil da força de trabalho. Na sociedade produtiva, as mulheres e os jovens assumem a sua posição na organização, bem como a (re) inserção dos idosos no cenário econômico. São grupos que fomentam uma nova cultura de trabalho, diferentes dos trabalhadores do passado, mais politizados e de perfil com ocupação mais material que imaterial, como nos dias de hoje. Além disso, a mão de obra fica mais velha e com novas características de trabalho, deixando de ser simples executora e mais participativa. Por outro lado, a sociedade civil no mesmo patamar de mudanças, estimula o crescimento de diferentes setores produtivos, através de políticas de crédito e geração de empregos; Adotam políticas específicas para as micro e pequenas empresas, para que gerem emprego formal; Estimula a criação de mecanismos estratégicos reguladores para um novo tipo de trabalho imaterial; Cria programas de inclusão no mercado de trabalho e (re)inserção de pessoas acima dos 40 anos de idade.

Bobbio (1982) ao citar o filósofo político Gramsci, discute a base real da sociedade que inclui forças e relações sociais de produção. A infraestrutura sustentada pela economia, refere-se a Burguesia; Operariado e a Classe Média (“Pequena Burguesia”; Pequenos empresários; Agricultura familiar e Gerentes). Obviamente essa nova arquitetura, também transforma

o antigo modelo sindical e, necessariamente, modifica suas estratégias de luta.

O processo de reforma da sociedade civil e a sociedade política, também inserida na Super estrutura, discutem suas ações contra hegemônicas, pensando em modelos, onde as bases reformistas devem derrubar o processo neoliberal que o Brasil esta submetido ao longo desses anos. Pelo menos, aparentemente, com isso surgem as discussões presentes nos fóruns participativos com a sociedade, tais como: Estratégia de desenvolvimento local (Competição entre cidades e gestão urbana local); Políticas Públicas compensatórias (Combate a pobreza); Governança (Planejamento estratégico e Marketing Urbano); “Vida própria”: Descentralização do estado através da reforma neoliberal: FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O destaque que faço nessa análise, é a preocupação contra hegemônica que a sociedade civil tem em relação a atração estrangeira (Ação neoliberalista), com roupagem democrática e participativa; Visão “*Cidade como empresa*” (Mudança do modelo público para o modelo privado); Investimento local pelas multinacionais (parte de exigências neoliberais capitalistas levando muitas vezes ao des-caso social), como assistimos no passado através das Parceria Publico Privada – PPP de alguns governos das “*burguesias partidárias*” atreladas ao neoliberalismo.

Lembro, para essa análise, que as políticas públicas e sociais iniciaram no Brasil durante o período Vargas, quando essas começaram a privilegiar setores ligados ao desenvolvimento econômico (via industrialização), através de programas assistenciais, cuja ação do governo era de evitar a convulsão social. Foram também o resultado da capacidade de luta das forças sociais (movimentos comunitários/populares, lutas dos operários - sindicalismo)

de exigir trabalho, moradia, alimentação, educação, saúde e outras reivindicações sociais que deram força ao movimento das lideranças sindicais e políticas contra hegemônica. Segundo Marx, o poder da sociedade está na organização e mobilização, sendo que as forças sociais são motivadas pelos interesses da sociedade, envolvendo as dimensões política, econômica, educativa e cultural. Hoje esses direitos sociais estão afirmados na Constituição de 1988 - Art. 6º, exemplificados na figura dos conselhos que asseguram a realização dos direitos sociais onde, atualmente, somam trinta e oito conselhos organizados, sendo que a maioria deles tem estrutura estadual e alguns funcionam nos municípios.

Por interesse desse texto, vejo importância em destacar alguns:

Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90;

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Lei n. 7353/85);

Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, Lei 8069, 1990);

Sistema Único de Saúde (SUS, Lei 8080, 1990);

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, Lei 8742, 1993) e o Sistema Único de Assistência Social (1995);

Política Nacional do Idoso (PNI, Lei 8842, 1994) e Estatuto do Idoso (2003);

Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9394, 1996);

Política Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (PPD, Lei 7.853, 1989 – regulamentada pelo Decreto 3298, 1999);

Estatuto da Cidade (2001) e Conselho da Cidade (2004);

Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (2003);

Fórum Brasileiro de Economia Soli-

dária (2003) e Conselho de Economia Solidária (2005).

Em nossas pesquisas através da história ocorreram etapas que caracterizaram os movimentos sociopolíticos no Brasil. Essas reformas e transformações dependeram de lideranças políticas contra a hegemonia, informações obtidas nas leituras de alguns períodos significantes, nos fortalecendo para pensar que as mudanças não só ocorrem por interesses políticos e demagógicos, mas de resultados reformistas, não necessariamente revolucionários, como estudamos no capitalismo tradicional, mas da não alienação da sociedade.

No período de 1970 a 1980 ocorreram Lutas democráticas; Movimentos reivindicatórios pelos direitos políticos e de cidadania; Ampliação de direitos sociais e trabalhistas. Na década de 1990 ocorreram os ajustes estruturais decorrentes do neoliberalismo; Reformas políticas e econômicas e Participação política dos candidatos sindicalistas (*Sociedade Civil*). Nos fins de 1990 até o momento atual, estamos presenciando os ajustes das consequências do neoliberalismo, resultando o Desemprego; Violência; Moradia (*"favelas"*) e problemas nos Transportes.

Para a sociedade envelhecida, diante da reprodução social e da ação contra hegemônica, o conjunto dos processos e estratégias, que de geração em geração tendem a assegurar a recondução das vantagens e dos lucros, bem como das exclusões, define as relações entre grupos dominantes e grupos dominados.

A competitividade e as exigências de assimilação aos novos valores do capitalismo requerem das comunidades trabalhadoras e dos representantes empresariais contínuas adaptações a esse ambiente de transformação, historicamente regido pela categoria do trabalho.

A mudança histórica provocada pelo capitalismo pós-moderno subtende-se que remeteu ao homem moderno as perdas da individualidade e identidade, gerando nele a busca compulsiva de (re) socialização e aprendizado às novas competências, muitas vezes contraditórias a sua vontade, caracterizando uma alienação, dando uma conotação contemporânea semelhante ao marxismo, quando: “A essência do ser humano esta no trabalho e a produção capitalista deforma o homens tornando-os criaturas alienadas (MILLS, 1969, p. 236).

Temos uma visão contrária de alienação, ao acompanhar o comportamento das novas formas de trabalho e renda e, a própria exigência do mercado, contradizendo o autor e as teorias do marxismo clássico. Esse homem produtivo moderno, necessariamente deixa de ser alienado e passa a ser participativo, revolucionando a história da administração clássica e científica, dado a sua condição humana, capaz de ter as suas próprias ações e pensamentos. Nossa análise segue um princípio de pensamento onde nos órgãos contra hegemônicos prevalece a liberdade humana, no sentido de buscar a emancipação e ser participativo perante a sociedade.

Dessa forma, para a reprodução social da sociedade envelhecida, os novos meios de produção estão vinculados ao empreendedorismo, onde prevalece o conhecimento e a experiência, que lhes dão forte teor competitivo, principalmente na ótica da globalização que rege os princípios do transformacionismo.

A globalização neoliberal não se limita a submeter ao mercado um número crescente de interações, nem a aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores através, por um lado, da transformação da força de trabalho em recurso global, e, por outro, dos obstáculos que cria à emergência

de um mercado de trabalho global. A globalização neoliberal veio mostrar, com acrescida e brutal clareza, que a exploração está ligada a muitas outras formas de opressão que afetam mulheres, minorias étnicas (por vezes, maiorias), povos indígenas, camponeses, desempregados, trabalhadores do sector informal, imigrantes legais e ilegais, subclasses dos guetos urbanos, homossexuais e lésbicas, crianças e jovens sem futuro digno. Todas estas formas de poder e de opressão criam exclusão. Não se pode atribuir a uma delas, em abstrato, ou às práticas que lhe resistem, qualquer prioridade na reivindicação de que “outro mundo é possível. (SANTOS, 2002).

Nesta direção, defendo a reprodução social e produtiva da sociedade envelhecida, que lhe da liberdade e autonomia, capaz de socializar-se aos novos valores informacionais, diante da sua condição humana e aos novos meios de produção. Para uma análise mais clássica, em Marx, a produção engloba dois fatores: as forças produtivas e as relações de produção, tanto uma como outra, privilegiam a sociedade envelhecida, quando a “*força produtiva*” é substituída pela vocação e talentos, condição que prevalece as novas formas produtivas imateriais, assim como as “*relações de produção*” são muito mais de teor mental e informacional, do que físico, viabilizando ao idoso a sua participação na cadeia produtiva. Marx denominou modos de produção, a forma pela qual ambas existem e são reproduzidas numa determinada sociedade.

Entendemos que pela evolução histórica dos modos de produção, o homem primitivo passou para homem social, através das transformações e mudanças, no processo ontológico social, se adaptando as diferentes formas sociais e de relações de produção. Marx entendia que os trabalhadores, por meios de sua práxis revolu-

cionária, construiriam uma sociedade baseada na justiça social e igualdade entre os homens.

Sendo assim, de maneira geral, as teorias sociológicas para este cientista social, a sociedade é constituída de relações de conflitos e é da sua dinâmica que surge a mudança social, o que justifica a reflexão inicial de Wanderley sobre crise, quando analisa seus diferentes ângulos e, aqui, numa visão pessoal, coloco a sua importância positiva como impulso a transformação e a saída da alienação, ao provocar a aparição de novos modos políticos e condutas sociais, desde que bem planejada.

A discussão inicial deste texto, quando apresentamos os processos de transformação da sociedade contemporânea, torna-se realidade o pensamento de Marx ao destacar a mudança social aliada às novas formas de trabalho e renda. Para o nosso estudo, a presença da sociedade envelhecida ao ser discutida nas suas possibilidades produtivas ao longo das próximas décadas, faz rever alguns pressupostos marxistas, de que as sociedades evoluem pela oposição sistemática entre os seus polos opostos (Antítese), que ele denominou de luta de classes e os modos de produção como fio condutor de mudança social.

Lembro os princípios fundamentais do marxismo tem como primeiro conceito recusar a determinação mecânica do econômico sobre o social; a luta de classes como motor das transformações sociais; segundo conceito é a alienação. Amparado pela filosofia hegeliana, refere-se a condição vivida do trabalhador que perde a posse da força de trabalho e torna-se mercadoria, quando troca a sua força pelo salário; Terceiro conceito é o mais valia ou exploração em função da venda da força de trabalho.

A condição humana do empreendedor e trabalhador idoso, na concepção dessa análise, a antítese dos estigma im-

produtivos da população idosa, é verificado ao fazer um paralelo dos pressupostos de Marx, quando através da capacidade de aprendizado e as novas habilidades representadas pela vocação e talento, viabiliza a sua (re) socialização no mercado de trabalho, apoiado nas ações contra hegemônicas. Esse trabalhador e empreendedor, deixa de ser mercadoria, a partir quando sai da alienação aperceptiva provocada pela alteridade do jovem e estigma da sociedade e, por fim, deixa de ser explorado, quando se torna proprietário dos resultados do próprio negócio, ou seja, torna-se empreendedor e dono da sua competência.

Em breves considerações, ao examinar as possibilidades futuras do idoso frente as novas possibilidades de renda, somos empenhados a ter um olhar humano na ótica da produtividade. Para os novos modos de produção, a reprodução social da sociedade envelhecida, podemos anteciper algumas ideias, onde, indiscutivelmente, o homem social e racional ainda não superou todas as suas capacidades de realizações, principalmente aquelas ligadas às habilidades inatas, contingentes ao seu talento e/ou as capacidades naturais presentes em todos os seres humanos, embora pouco exploradas por eles.

Defendemos a existência de uma categoria de trabalhador e investidor, bem como uma nova força produtiva formada em células de trabalho, ou pequenos negócios, relacionando-se em cadeias de produção, servindo o mercado interno e externo, conforme a sua especialidade e vocação. Nesta direção ele passa a agir através da sua autonomia e capacidade, agente contra hegemônico.

Busco como paradigma a ideia central do marxismo e do materialismo histórico de Karl Marx, a combinação da força de trabalho humana com os meios de produção (Instrumentos e objetos de trabalho, tecnologia, infraestrutura, ferra-

mentas, máquinas, técnicas, materiais, conhecimento técnico etc.). Nesse sentido a ideia é investir num conjunto de forças produtivas, envolvendo condições técnicas e sociais, além das possibilidades de desenvolver o conhecimento, apoiado nas ações contra hegemônicas das entidades privadas e governamentais.

Numa referência contra hegemônica do pensamento clássico marxista, e ao buscar um significado diferente de modos de produção, ou seja, prover a satisfação direta das necessidades do empreendedor idoso, algo a mais do trabalho material e imaterial, com o objetivo de incentivar a liberdade de criar e pensar, utilizando de sua autonomia. Trata-se de uma categoria de trabalho, capaz de viabilizar diferentes formas de renda e permitir o desenvolvimento constante dos modos de produção, persistindo na transformação permanente além da alienação e/ou da alteridade.

Nesse sentido, apoiamos no entendimento central do pensamento de Marx, ao considerar que “somos responsáveis de nossa própria história e das riquezas, assim como, as misérias, são únicas e exclusivamente fruto das ações humanas” (LESSA ; TONET, 2008).

O pressuposto básico é que para os homens se reproduzirem, tem que transformar a natureza e o modo social de fazê-lo é o trabalho, independente da época ou forma de produzir e, para nosso entendimento é a melhor forma de agir a favor das ações contra hegemônicas.

A reprodução social nas bases capitalista tem cada vez mais atributos complexos na compra e venda da força de trabalho, alimentando a ideia de não mais caracterizar o homem como mercadoria e sim o senhor proprietário dos modos de produção, mesmo que subordinados ao capital ou as ações hegemônicas.

A sociedade moderna requer ser revisada em relação aos seus conceitos quanto a real capacidade do trabalhador em relação às ações empreendedoras e a autonomia. Acredito que os movimentos sociais contra hegemônicos, não estão totalmente dependentes do Estado e forjam nas suas ideologias a formação de cidadãos comprometidos. Hoje a sociedade contemporânea exige pessoas evoluídas e capazes, aptas em superar todas e quaisquer adversidades e, nesse processo, os organismos procuram se adaptar ao ambiente criando formas mais complexas e avançadas de vida.

A leitura antropológica que se ajusta a este estudo, faz do indivíduo não ser visto como simples receptor e portador de hábitos, mas o agente de mudança cultural, que desempenha o papel dinâmico e inovador do capitalismo e, em especial, como participante desse sistema, também capaz de mudar e empreender.

Numa visão simples e de pouca implicação teórica, talvez numa conduta precária de analisar, mas que caminha a uma análise comparativa, do homem contemporâneo ao primitivo, na ótica empreendedora, nos faz pensar que o arquétipo do homem natural transferiu ao homem racional, as “*alternativas empreendedoras*”, quando o primeiro reúne os seus pares em precárias associações de cultivo e criação de animais, formadas pela família, para depois constituir através evolução, por associações de pessoas especializadas, formando cadeias produtivas com ações transformadoras dos homens sobre a natureza.

Para a organização produtiva primitiva resumida na estrutura familiar, normalmente chefiado pela pessoa mais velha daquele grupo ou da tribo, a tradição era sustentada pela experiência e respeito. Nos primórdios do capitalismo surge a era industrial e a produção em massa, anulando

do a essência do trabalhador, dando o status alienado, que o impedia de pensar e criar, apenas “habitado” a produzir grandes quantidades além de ser mais uma peça no processo manufaturado.

Retomando o tema central do texto, as ações contra hegemônicas, no capitalismo clássico existe a dialética das forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, constituindo uma permanente luta de classes e de segregação de grupos, tais como os idosos, freados pela sua improdutividade prevista na deterioração física.

Para Lessa (2001), na ótica marxista, “o trabalho enquanto essência pode deixar de ser um simples fabricante de produto pelo trabalhador e passar a atribuir consciência, assumindo o papel decisivo para suas necessidades”.

Numa conduta contra hegemônica de autonomia do idoso, sem descartar as ações coletivas dos órgãos contra hegemônicos já apresentados anteriormente, as novas possibilidades do mercado de trabalho e as de renda para a sociedade envelhecida, implicam na avaliação feita pela equipe de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial para o Brasil (Relatório de 2011) sobre o envelhecimento populacional, cujos fatos apresentados é possível fazer algumas considerações sobre as condições sócio econômicas e até previsões preventivas:

1. Com a diminuição das taxas de mortalidade infantil; o aumento da expectativa de vida e a variação na taxa de fecundidade, é visível a alteração da distribuição etária da população idosa;

2. O período de transição demográfica com a maior presença proporcional de pessoas ativas (“Bônus demográfico”) é alta, fazendo entender um número de idosos no futuro mercado de trabalho, somados aos que continuaram na ativa;

3. Segundo dados, a velocidade do envelhecimento no Brasil é maior em relação ao ocorrido nos países desenvolvidos, devendo triplicar entre 2011 e 2031, partindo de 2010 onde a população idosa era de 20 milhões sobe para 65 milhões até 2050;

4. O aumento da população idosa (49% em 2050) e a diminuição da população em idade escolar (De 50% para 29%) no mesmo período, acarretará equivalente pressões fiscais sobre os sistemas públicos de saúde, previdência e sistema educacional. Isso requer uma análise mais profunda do Estado nas questões das Políticas Públicas, pois as entidades sindicais já começam a manifestar junto as bases de trabalhadores essas como pautas reivindicatórias;

5. Um fator importante que releva a presença dos idosos no mercado de trabalho é que a transformação estrutural do emprego, leva a aposentadoria precoce, dessa forma, implicando na reforma previdenciária para frear a expansão dos custos com a aposentadoria;

6. Em consequência ao item anterior ocorre o incentivo à informalidade, principalmente aqueles trabalhadores menos qualificados. A presença da informalidade representa a não contribuição do sistema de seguridade social durante a idade ativa. Essa situação justifica a necessidade de um estudo mais apurado sobre a produtividade e a disposição de novas formas de renda no processo da reprodução social, tema dessa pesquisa;

7. Obviamente, o destaque no investimento da educação dos envelhecidos é importante, dado ao desenvolvimento das novas habilidades exigidas nas novas formas de trabalho e renda, seja no âmbito material e o imaterial. Deve ser reformulado e adaptado à população idosa os novos modelos de ensino, dado as suas

características mentais e cognitivas diferenciadas dos grupos mais jovens;

8. A produtividade na população idosa é um item que merece investigação, em relação ao sistema econômico, dado ao crescimento dessa faixa etária. A investigação leva a uma análise sobre a competitividade, lucro e investimento nas empresas;

9. No que tange ao item anterior, os programas de treinamento interno e/ou externo nas empresas, sugere a expansão do investimento no capital humano idoso, no sentido de reorientar o atendimento as suas necessidades;

10. Das implicações nas políticas públicas em decorrência da entrada ou permanência dos idosos no mercado de trabalho no aspecto da (re) socialização, merece atenção especial nos sistema de saúde, moradia e transporte, sugerindo a revitalização e adaptação aos novos hábitos desses envelhecidos, bem como em relação as questões preventivas das mulheres jovens que perpetuam a espécie; as mulheres idosas, conforme estudos anteriores, superam os homens idosos nas condições ativas e esperança de vida, ainda, as crianças no preparo das gerações futuras para a sustentação econômica enquanto contribuição a sociedade;

11. Finalmente, o mercado de trabalho devera estimular a participação na economia, em especial, os grupos das mulheres, dentro do chamado dividendo demográfico.

Os países desenvolvidos, de acordo com a equipe de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial para o Brasil tiveram tempo para se estruturar, o que não se pode falar o mesmo do Brasil, em especial quanto as decisões que influenciam a força de trabalho. É interessante relevar que não devemos apenas situar que essa transformação socioeconômica

em análise não deve ser feita somente na ótica do ciclo de vida no aspecto idade nas considerações da renda e trabalho, mas também nas questões de consumo, forte influência da cadeia produtiva.

Em ambas as variáveis, segundo o nosso estudo, me apropriado da orientação do Relatório do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial – LAC: “Envelhecendo em um Brasil mais Velho “ (Cox,2011, p.27) sobre a relação trabalho e consumo, quando distingue três fases: Pré trabalho; trabalho e Pós trabalho, sendo que no pré trabalho é pós trabalho ocorre o maior consumo e menor produção, já a fase trabalho, vê-se o inverso, a maior produção e o menor consumo.

No que se refere a reprodução social e ao relacionar esse processo com o crescimento econômico do país e o suporte representado pelas ações contra hegemônica das sociedade privadas, atua na composição da força de trabalho ativa do idos e prevê um crescimento até 2025, conforme dados do relatório do Banco Mundial. Nesta linha de análise, ocorre uma diminuição da força de trabalho jovem (15 anos a 24 anos), esperando após meados de 2020 o crescimento da faixa etária entre 15 a 59 anos se tornando negativa e, segundo perspectivas dos pesquisadores o incentivo as novas habilidades requeridas a faixa etária dos envelhecidos, só será possível mediante a capacitação dessa mão de obra.

Não esgota a esta discussão as questões de trabalho, ao apresentar as questões econômicas, onde ambas estão alinhadas a importante avaliação das condições políticas e sociais, no que tange a qualidade de vida da população idosa, como fator relevante a produtividade e, nesse sentido, pensar como esses gerentes vão enfrentar a degradante política social e pública sem estrutura, arrasada pelo

neoliberalismo. Vimos ser possível acompanhar nesse movimento social globalizado, o encadeamento de um processo contra hegemônico em relação aos países dominantes e de suas políticas neoliberais. Wanderley (2009) destaca:

Uma globalização contra hegemônica é impulsionada basicamente por setores organizados da sociedade civil, nas esferas mundial, regional, nacional e local... É possível defender a proposição de que houve uma irrupção crescente de uma Sociedade Civil Contra Hegemônica, e que tenta, com características diferenciais enormes no seio de cada Estado – Nação, avançar e se consolidar.

Em todos os movimentos da sociedade civil, nesse caso os sindicatos e as entidades civis, tenta-se buscar um espaço de consenso e diálogo, contestador da hegemonia, montando estratégias de transformação.

Para Castells (1999, p. 48):

Os Ativistas de diferentes agências, partidos políticos, sindicatos, ONGs, com distintas ideologias, estão usando redes de computadores, alguns criando suas próprias redes. Traz um problema que merece atenção, enfocando a atuação das ONGs (Aqui incluo os Sindicatos): Assim, as ONGs (Sindicatos) e suas redes são, de fato, um novo sujeito político que cria novas formas de ação e impasses para mecanismos mais antigos de representação e ação política. Uma vez que não estão necessariamente investidas das pretensões de representatividade universal e corporativa, típicas das narrativas do Iluminismo, responsáveis pelos perfis institucionais e ideológicos da maioria dos atores e aparatos políticos tradicionais, as ONGs (Sindicatos) podem ser eficaz sujeito po-

lítico, fragmentado, descentrado, em um mundo pós moderno, mas o custo da flexibilidade, do pragmatismo e da fragmentação pode ser o reformismo, isto é, uma baixa capacidade de promover mudança social radical.

No discurso entre a hegemonia e a contra hegemonia, relacionada a reprodução social da sociedade envelhecida, desenvolve em nós a intenção de compreender o processo de transformação do indivíduo e da sociedade, levando a fazer um breve exame dos períodos que sucederam o capitalismo atual e uma rápida análise do pensamento sociológico clássico.

Para refletir a condição atual, façamos a leitura de dois autores contemporâneos que oferecem sustentação a crítica sociológica aos dias de hoje, Irving M. Zeitlin, analisando os princípios fundamentais do Iluminismo e das teorias dos pensadores, como Weber e Durkheim, no momento em que fornece uma crítica elaborada do pensamento social de Marx, ao destacar os aspectos controversos e ideológicos da teoria sociológica clássica. Da mesma forma, Richard Aschcraft, o autor aponta a estreita relação de Weber e Marx, utilizando da ascensão do liberalismo no processo da transformação social entre os séculos XVI e XIX.

Os dois autores nos conduzem a uma rápida apreciação teórica, possibilitando a análise crítica do percurso entre o pensamento sociológico clássico até chegar ao contemporâneo, contemplando, de certa forma, os processos decorrentes da reprodução social da sociedade envelhecida e as ações contra-hegemônicas.

No mesmo tempo, apoiado na crítica de Sergio Lessa e Ivo Tonet quanto a divisão da sociedade em classes, ao atingir o seu desenvolvimento no modo de produção capitalista, na base da exploração do homem pelo homem, resgato o pensamen-

to de Marx, como fizemos anteriormente, como condição fundamental para compreender os rumos do mundo atual, bem como para orientar uma conduta contra hegemônica, não revolucionária pela luta social e entender a existência de uma “*nova classe média*” na pirâmide social brasileira.

Para Marx, através da consciência do homem, ele é capaz de criar ideias e objetar ou materializar suas ideias e transformar em realidade, como exemplo as ferramentas de trabalho (LESSA ; TONET, 2008). Além da sobrevivência, o homem social consegue a produtividade e o decorrente excedente de produção, tornando possível através dessa economia a exploração do homem. Da mesma forma e, na mesma direção da exploração, existe a exploração do homem pelo homem, a classe dominante representada pelo Estado (Poder político) e as leis como modelos repressivos. Segundo Marx, o Estado é essencialmente um instrumento de dominação de classe (LESSA ; TONET, 2008).

Numa visão histórica, o Escravismo, a partir da extinção da sociedade primitiva e asiática, ocorre o modelo de reprodução social, cuja produção escravista, caracterizada pelas classes sociais representadas pelos senhores e os escravos, firmados na imposição de tarefas e não no desenvolvimento técnico e métodos de organização de produção. O que prevalecia, numa condição hegemônica, era o número de escravos enquanto sustentação de poder desses senhores. O aumento do número de escravos trouxe problemas a sociedade, necessitando de administradores públicos e a força militar na regularização do equilíbrio social, obviamente sustentados pelos altos impostos. Podemos fazer uma analogia ao sistema dominante neoliberalista nos dias atuais.

Diante dessa condição social, ocorrem as relações sociais da propriedade privada: O Estado e o Direito.

Um período diferenciado por uma hegemonia tratada no sistema Feudal, cuja produção era auto-suficiente, representada pelos Senhores Feudais e o trabalho dos servos, cuja condição se iniciava os primeiros passos de uma relação social de troca, a partir quando evidenciava a associação da defesa militar pelos senhores feudais e a produção pelos servos. Em destaque a divisão entre eles do que se produzia, cabendo a maior parte da produção àquele que protegia a terra.

Faço uma tímida analogia do mundo contemporâneo no que tange a relação do empresário e o empregado, ao que diz respeito a subsistência econômica na reprodução social, através do trabalho. O desenvolvimento de técnicas e ferramentas, tratada por Marx como a objetivação, resulta o excedente de produção ressurgindo o comércio e melhorando a qualidade de vida da sociedade. Diante disso, aparece a Burguesia revolucionando a economia e a sociedade feudal dando origem a revolução industrial e o comércio mundial.

Abro parênteses para destacar Aschcraft, quando explora o fenômeno revolucionário na teoria sócio política entre a reforma e revolução francesa, mencionando a queda da autocracia feudal e a ascensão da sociedade burguesa, ocorrendo o liberalismo, ou seja, a ideologia burguesa.

Finalmente, chego ao Capitalismo, como modo de produção, caracterizado pela efetiva divisão de classes: O proletariado e a burguesia. A partir da existência da classe trabalhadora, Marx via como o avanço da produção capitalista diferenciados de outros modos de produção citados anteriormente. A tecnologia das máquinas e conseqüente redução da força de trabalho, as necessidades humanas seriam desprezadas, resultando o individualismo burguês, bem como o enriquecimento pri-

vado. Para Marx, o homem ao transformar a natureza, também se transforma, seja pelo conhecimento e as suas habilidades (Lessa/Tonet,2008).

Segundo Aschcraft, o lado econômico da reforma sócio política, teve efeitos ideológicos para Marx, tratado por ele com pouca ênfase a Teologia Protestante, abordando as três virtudes da sociedade o trabalho; a poupança e a avareza, as quais apoiavam os interesses materiais da burguesia e a produção do trabalhador. Uma discussão que vale a pena trazer nesse momento, apoiado na crítica de Aschcraft e, de certa forma, estabelecer uma relação entre os debates teóricos da época entre Marx e Weber. “Qualquer doutrina cultural é influenciado não somente pela história, mas outros fenômenos culturais” (Aschcraft, 1977, p. 200).

Nesse sentido, se fosse estabelecer parâmetros entre os dois cientistas na visão dos clássicos, a reprodução social alinhado as condições da hegemonia e contra hegemonia, a economia como fator excludente e segregário, pode-se dizer que Weber se inclinava menos ao econômico do que Marx, separando a ordem econômica da ordem social. Marx sustentava que o modo de produção na vida material determina o caráter dos processos sociais, político e espiritual da vida, ao passo que para Weber a religião tem grande importância na questão sócio econômica.

Segundo Aschcraft, para Weber em desacordo com Marx, nem todos os fenômenos culturais são deduzidos como função e interesse material. Ressaltamos que ao colocar o Homem como agente transformador da natureza, ele tem um forte cunho empreendedor, solidário e emancipado.

Para entender as diferentes manifestações e até fazer possíveis paradigmas dos pressupostos fundados na herança

clássica sociológica em relação ao contemporâneo, nada mais coerente em optar por uma análise do desenvolvimento histórico da realidade social pertinentes aos pensadores daquela época. É importante mencionar que não é interesse desse texto aprofundar nas teses da sociologia, todavia fazer um breve estudo das ações individuais, internalizadas com ações coletivas e, em especial, os conflitos entre ambas, ao incorporar uma nova condição que possa analisar os hábitos sociais e influenciar determinado comportamento coletivo.

De princípio, é possível fazer uma previa concepção do pensamento dos cientistas sociais, quando esses aceitam o paradigma que define o indivíduo como um ser sócio-histórico livre, para transformar a natureza até o ponto de não afetar a ordem social. Porém, ao tratar de transformação, é mais que natural ter um sentimento de repulsa ou medo do novo, levando-nos, inevitavelmente, a acreditar numa desordem mental e social. Por essa razão o passado nos serve de espelho e, até por uma questão de organização das ideias, examinar alguns dos principais pensamentos sociais dos precursores que influenciaram o comportamento da sociedade moderna.

A grande transformação social teve importante participação de Claude Henrique de Rouvroy, Conde de Saint Simon (1760-1825), cujo pensamento influenciou a transformação política que acontecia com o fim do antigo regime feudal e teológico e a ascensão da burguesia junto aos filósofos iluministas, momento de transição para o sistema industrial.

O seguidor de Saint Simon, o positivista Auguste Comte (1798-1857) entendia que a nova ordem capitalista seria fundada na ciência e na indústria. Admitia que a sociedade industrial necessitava passar por mudanças morais importantes para que seu curso fosse reajustado na direção correta.

Entendemos que nessa época de transformações sociais, na qual a burguesia consolidava seu poder econômico, Comte via a possibilidade de um mundo industrial numa ordem que seria organicamente harmônica e de fundamento moral, tendo o Estado o mediador das relações sociais. O positivismo sociológico nos dias de hoje é absorvido nas concepções teóricas do darwinismo social, visão evolucionista das espécies, onde estabelece que todos os seres vivos se transformam, buscando o seu aprimoramento e o cumprimento da necessidade de garantia da sobrevivência.

Para Émile Durkheim, no que tange aos conflitos entre o capital e trabalho, sustentava em suas teses que os problemas estruturais e sociais são fruto do processo de transição e de origem moral e não econômica. Dessa forma deveriam ser impostos um conjunto de normas de conduta social, constituídas pelos paradigmas de bases científicas e não filosóficas, como de Saint Simon e Comte.

Durkheim, quando propõe a solidariedade orgânica, garantindo novas formas de unidade social no lugar de antigos costumes neutraliza a consciência coletiva, conferindo às pessoas a maior autonomia pessoal. Ele distingue os fatos sociais na coercitividade, ou seja, a força que os fatos sociais exercem sobre os indivíduos levando-os a conformar-se às regras da sociedade em que vivem independentemente da sua escolha e vontade.

Tal pensamento elimina a possibilidade de emancipação do homem, o qual propõe no estudo da sociedade contemporânea ao eleger o a sociedade envelhecida como agente da transformação social, através da sua vocação e talento, capaz de criar novas possibilidades e modos de produção para a reprodução social. Desta forma, nos faz levar a outras formas de emancipação deste idoso, como a auto-

nomia e a negação da alienação, mesmo que dê a conotação de revolução.

O grau de coerção dos fatos sociais se torna evidente pelas sanções a que o indivíduo estará sujeito quando tenta se rebelar contra elas. Como exemplo as imposições econômicas do neoliberalismo ou a própria alienação, característica entre a subordinação e o poder dominante.

Estas sanções podem ser legais ou espontâneas. As sanções legais são aquelas prescritas pela sociedade, sob a forma de leis e as espontâneas, seriam as que aflorariam como decorrência de uma conduta não adaptada a estrutura da sociedade ou do grupo ao qual o indivíduo pertence; A exterioridade, os fatos sociais existem e atuam sobre os indivíduos independentemente de sua vontade ou de sua adesão consciente.

A sociedade, como todo organismo, apresenta estados normais e patológicos, isto é, saudáveis e doentios. Um fato social é caracterizado como normal, quando se encontra generalizado pela sociedade ou desempenha alguma função importante para sua adaptação ou sua evolução.

As críticas de Aschcraft em relação às teorias weberiana e marxista têm a sociologia como uma ciência que pretende compreender a ação social, dessa maneira, explicá-la casualmente em seus desenvolvimentos e efeitos. Seu método é a compreensão que consiste na captação do sentido subjetivo da ação, cuja compreensão da ação humana, segundo Weber, é captar o seu sentido subjetivo, entendendo que a compreensão não é um processo exclusivo do conhecimento científico.

Para Weber, uma dimensão qualquer da ação humana admite sempre a construção de vários tipos, sem que nunca se esgote a complexidade infinita da reali-

dade. Ele estende a sua análise tipológica às formas de dominação social, distinguindo três tipos de dominação legítima: a legalidade, a tradição, o carisma.

Para efeito da nossa análise contra hegemônica, estes tipos são tratados na condição hegemônica, a partir quando ocorre a submissão pela força; apropriação de algo importante para o indivíduo ou, a própria sensibilização, mais aceita pela sociedade. Desse modo, nenhum dos tipos construídos deve ser considerado um instrumento limitado e provisório de investigação.

A sociologia Weberiana conclui que, no mundo moderno, a burocracia é o exemplo mais típico do domínio legal nos limites da legitimidade.

Após breve interpretação dos pensamentos weberiano e durkheimiano, a interpretação do capitalismo, através de Marx, subsidiado pelas leituras das suas produções nas obras de filosofia, economia e sociologia, entendemos como ampla transformação política, econômica e social.

O conceito de alienação mostra que a industrialização, a propriedade privada e o salário separavam o trabalhador dos meios de produção, que se tornaram propriedade privada do capitalista. De acordo com Marx, politicamente, o homem também se tornou alienado. O liberalismo criou a ideia de Estado como um órgão político imparcial, capaz de representar toda a sociedade e dirigi-la pelo poder delegado pelos indivíduos (ASCHCRAFT, 1977).

Para Marx, as desigualdades sociais analisadas na sua época eram provocadas pelas relações de produção do sistema capitalista, que divide os homens em proprietários e não-proprietários dos meios de produção. As relações entre homens se caracterizam por relações

de oposição, antagonismo, exploração e complementaridade entre as classes. Conforme esse pensador, as divergências e os antagonismos de classes estão relacionadas a toda relação social, nos mais diversos níveis da sociedade, desde o surgimento da propriedade privada.

De acordo com a análise de Marx, não é no âmbito da compra e venda de mercadorias que se encontram bases estáveis nem para o lucro dos capitalistas individuais nem para a manutenção do sistema capitalista. Ao contrário, a valorização da mercadoria se dá no âmbito de sua produção. Ele chama de mais-valia ao valor que o trabalhador cria para além do valor de sua força de trabalho, onde de certa, sobretudo em termos sociológicos, esta é a alma do capitalismo porque através da mais-valia se decide desigualdade social. O trabalhador é pago pela sua força de trabalho, através de um salário cujo valor tende a ser de mera sobrevivência. Mas o que o trabalhador produz, vale mais do que a paga recebida em salário. Esse "mais" é apropriado pelo dono dos meios de produção, o que se chama de apropriação do excedente de trabalho.

Marx chamou de mais-valia absoluta aquela obtida pelo alargamento da jornada de trabalho pela intensificação do uso da força de trabalho, assim como, a mais-valia é relativa àquela obtida pela diminuição do tempo de trabalho necessário, geralmente através da especialização e capacitação do trabalhador. Os indivíduos de uma mesma classe social partilham de uma situação de classe comum, que inclui valores, comportamentos, regras de convivência e interesses.

Desse modo, as condições específicas de trabalho geradas pela industrialização tendem a promover a consciência de que há interesses comuns para o conjunto da classe trabalhadora e tendem a impulsionar sua organização política para

a ação. A classe trabalhadora sofreu progressivo empobrecimento em razão das formas cada vez mais eficientes de exploração do trabalhador, acabando por se organizarem politicamente, condição que permite a tomada de consciência da classe operária e sua mobilização para a ação política.

Segundo Marx, a produção engloba dois fatores: as forças produtivas e as relações de produção, sendo que as forças produtivas constituem as condições materiais de toda a produção, assim como as relações de produção são as formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva. Forças produtivas e relações de produção são condições naturais e históricas de toda atividade produtiva que ocorre em sociedade. Marx denominou modos de produção, a forma pela qual ambas existem e são reproduzidas numa determinada sociedade.

O estudo do modo de produção é fundamental para compreender como se organiza e funciona uma sociedade, motivo da inserção neste texto, ao qual propusemos fazer breve histórico da evolução histórica dos modos de produção e o pensamento clássico. É importante destacar que as relações de produção, nesse sentido, são consideradas as mais importantes relações sociais. Marx entendia que os trabalhadores por meios de sua práxis revolucionária, construiriam uma sociedade baseada na justiça social e igualdade entre os homens.

Resumindo, as teorias sociológicas desses cientistas têm, para Marx, a sociedade como constituída de relações de conflitos e é da sua dinâmica que surge a mudança social. O pressuposto marxista é de que as sociedades evoluem pela oposição sistemática entre os seus polos opostos (Antítese), que ele denominou de luta de classes e os modos de produção como fio condutor de mudança social.

Os princípios fundamentais do marxismo tem como primeiro conceito recusar a determinação mecânica do econômico sobre o social; a luta de classes como motor das transformações sociais; segundo conceito é a alienação. Amparado pela filosofia hegeliana, refere-se a condição vivida do trabalhador que perde a posse da força de trabalho e torna-se mercadoria, quando troca a sua força pelo salário; Terceiro conceito é o mais valia ou exploração em função da venda da força de trabalho.

A diferença essencial desse em relação a Comte e Durkheim é, enquanto esses dois pensadores atribuíam os fatos sociais como objeto (ciência), Marx, define como relação de troca entre o capital e trabalho (social). Enquanto Durkheim e Marx deram ênfase a análise sociológica dos fatos sociais e as relações entre classes, Weber optou a estudar os atores sociais (agentes) e suas ações, privilegiando o papel da iniciativa do indivíduo na vida social.

Podemos verificar no pensamento de Weber que a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais e essas orientadas pela ação de outros. Para Durkheim a sociedade prevalece sobre o indivíduo, pois quando este nasce tem de se adaptar às normas já criadas, como leis, costumes, línguas, etc. O indivíduo, por exemplo, obedece a uma série de leis impostas pela sociedade e não tem o direito de modificá-las.

O novo modo de produção dentro da nossa sociedade contemporânea tem uma visão transformadora e não revolucionária, dessa forma entendemos que a ação humana, quando essa passa a ser uma geradora de renda por iniciativa do próprio indivíduo, é o caso da sociedade envelhecida, é desvinculado das normas sociais dominantes e parte de sua autonomia, contrariando o pensamento de

Durkheim, quando remete as normas e aos fatos sociais no sentido “controlador”. Na nossa época seria contraditório esse pensamento, assim como poderia ferir o que defendo da não mais alienação pelo homem contemporâneo.

A breve revisão da história desses pensadores e a análise tímida da evolução da reprodução social, nos remetem a entender a importância do rompimento das amarras tradicionais, que tiveram na época da história, mais ainda, se é decorrente da centralização da natureza do homem, enquanto agente transformador, proposta deste texto.

Dessa maneira, a sociedade moderna requer ser revisada em relação aos seus conceitos quanto a real capacidade do trabalhador e as suas ações empreendedoras. Acima de tudo, hoje a sociedade contemporânea exige pessoas evoluídas e capazes, aptas em superar todas e quaisquer adversidades. Nesse processo, os organismos procuram se adaptar ao ambiente, criando formas mais complexas e avançadas de vida, que possibilitam, por meio da ocorrência de uma competição natural, a sobrevivência apenas dos seres mais aptos e evoluídos. Segundo o Professor Gabriel Cohn, as ações dos homens podem se concentrar nas formas de convivência ou preocupar-se com os resultados de ações passadas e como se cristalizam em instituições. Para Cohn (Teorias da ação em debate, 1993), na sociologia clássica, Weber entende o indivíduo como agente responsável pela ação social, enquanto para Durkheim, a sociedade é o agente responsável pela ação social através das normas. Acredito que Marx foi quem chegou mais próximo da unificação de ambas as perspectivas para a reprodução social.

Para o marxista Irving M. Zeitlin parte do pensamento de Marx e explica

o seu desenvolvimento com outras palavras, podendo numa linguagem mais contemporânea, entender o método sociológico de Marx e as questões das transformações sociais inerentes ao capitalismo. Após a Revolução Francesa foi consolidada a nova ordem industrial burguesa. A função principal da ciência positiva foi atingir a ordem social orgânica e livre de conflitos. Marx desenvolve as bases do pensamento filosófico de Comte: “O homem perfeito”, conceito de homem natural, onde esse satisfaz as suas necessidades individuais e busca desenvolver seu potencial humano. Marx tinha esperanças de construir uma sociedade verdadeiramente humana.

Segundo Zeitlin, O Homem para Marx é infinitamente melhorado porque seus poderes essenciais têm uma capacidade ilimitada para o desenvolvimento e a reprodução social. Contudo, Marx contemplou a objetivação dos homens de alienação, analisando como um fenômeno social manifesto, dentro de um contexto de relações sociais específicas e um sistema sociohistórico também específico. Para Marx a alienação refere-se a um processo complexo que apresenta vários aspectos, tais como a separação dos homens em relação a seus meios de produção e de subsistência. Zeitlin analisa a condição do homem alienado de sua propriedade, como andarilho e, para evitar morrer de fome, são forçados a vender sua força de trabalho para os capitalistas. A relação do trabalhador e o capitalista esta inserida numa relação essencialmente instrumental e distante, dado ser baseada em conflitos de interesses e de condições de vida fundamentalmente diferentes.

Outra análise importante de Zeitlin, foi identificar o aspecto revolucionário, visto por Hegel, os fatos quando entende serem esses temporários, porque eles só aparecem numa fase transitorias e nega-

tiva no decorrer dessa manifestação, que na verdade é revelada através da destruição e, ao mesmo tempo, da superação. O autor considera tal fato de forte influência sobre Marx, quando esse entende, dado a natureza transitória desses fatos, que a característica negativa da revolução é um fato momentâneo do processo histórico.

Em outro tópico de análise de Zeitlin, para Marx as relações de produção determinam a natureza dos homens e influenciam a sua consciência. O autor analisa a relação existente entre a consciência e a existência social como uma falsa relação, que deve ser superada antes que a relação real possa se manifestar. A abolição da propriedade privada e a socialização dos meios de produção são os primeiros passos para a superação do trabalho alienado.

Marx desenvolveu sua própria teoria da relação entre a consciência social e a existência social, a chamada concepção materialista da história. Para ele o mundo ideal não é mais do que o mundo material, refletido pela mente humana e traduzido em formas de pensamento. Marx argumenta, em outra análise, que a religião não é a base, mas a manifestação das condições seculares, os homens transcenderão o seu estreitamento religioso quando tiverem concluído suas limitações seculares. Este pensador trata a religião como um estado de alienação e apresenta manifestações específicas.

Marx baseia-se em seres humanos reais, de carne e osso, corpos físicos reais com reais necessidades físicas. Para sobreviver eles tem de introduzir uma relação metabólica com a natureza. A atividade principal e mais importante, de trabalho, é a produção de vida, manutenção do processo vital. Os Homens produzem seus meios de subsistência com o propósito de reduzir sua dependência imediata das condições naturais. O trabalho dos

homens, é uma transformação consciente e intencional das condições naturais. O homem é um animal laboral, que vive e atua simultaneamente em dois mundos: natural e artificial.

Para Marx, o processo de trabalho é não só natural, mas também social, onde produzem interagindo e cooperando uns com os outros e, portanto, transformando as relações sociais e políticas. Eles produzem materialmente e operam dentro de limites materiais (As condições naturais e sociais impostos aos homens). O modo de produção é uma forma de atividade dos indivíduos de expressar sua vida. A natureza dos indivíduos depende das condições materiais que determinam sua produção. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, na qual se levanta a superestrutura jurídica e política, à qual correspondem as formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos sociais, políticos e espirituais da vida. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência.

Para Zeitlin, em uma fase do desenvolvimento e reprodução social, as forças de produção da sociedade entram em conflito com as relações existentes da produção ou propriedade. Forças produtivas de Marx significa a atividade produtiva dos indivíduos reais em suas relações de cooperação. Uma força produtiva é uma força social (social: cooperação de vários indivíduos), resultado que um determinado modo de produção ou estágio industrial, sempre é combinado de certa maneira com a cooperação ou estágio social e, portanto uma "força produtiva".

Para Zeitlin, a Revolução dos trabalhadores é um ato construtivo, porque ele libera a produtividade social dos grilhões

impostos pelas relações de propriedade capitalista. Marx acreditava que o modo de produção é composto de duas partes: as relações de propriedade e forças produtivas. Zeitlin entende que Marx postulou uma fase onde a existência social e consciência social eram uma unidade, antes de qualquer divisão do trabalho, o que nos faz pensar que estavam estreitamente interligados. Com a divisão do trabalho, entre atividades mentais e material, as relações políticas e jurídicas devem assumir uma existência independente dos indivíduos que deram origem a uma variedade de diferentes esferas ideológicas.

As relações de força de trabalho e salário, como forma de cooperação, marcou a primeira fase do capitalismo e foi uma importante força produtiva. Todavia, quando da execução de uma operação simples, o trabalhador aliena algumas prerrogativas criativas. Seu corpo se torna uma ferramenta automática e especializada para esta operação, fazendo-o perder as possibilidades criativa e de eficiência. Ele usa menos tempo para executar a operação específica que o artesão. A divisão do trabalho entre os muitos trabalhadores é a base do sistema produtivo chamado fabricação, a nova organização sob o qual aumenta a força de trabalho socialmente produtiva.

Na leitura de Zeitlin o processo que conduz ao poder do capital, também carrega as contradições e antagonismos do modo capitalista de produção, que cria, juntamente com os elementos necessários para a formação de uma nova sociedade, forças para destruir o velho capitalismo. O Homem perde cada vez mais o controle do processo de produção e a alienação torna-se uma desumanização crescente condições do capitalismo industrial.

A produção social na vida das pessoas, para entrar em determinadas relações necessárias, é independente

da sua vontade, ou seja as relações de produção. Indicam a quem pertencem os meios de produção e expressam as relações que os homens travam entre si no processo de trabalho. Todo o sistema da vida social, assim como a infra-estrutura da sociedade são determinados pelo caráter das relações sociais de produção, que influenciam o desenvolvimento das forças produtivas. Das relações de produção dependem as leis econômicas de cada modo de produção, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e outros fatores que influem sobre o desenvolvimento das forças produtivas.

Neste breve texto sobre os pensadores clássicos, contemplamos as mudanças sociais e as transformações do capitalismo, no que tange a racionalização e acumulação de riqueza, o qual vem desfazendo os antigos hábitos e performances nas relações capital e trabalho. Ainda, tivemos a pretensão de avaliar as tendências de uma nova categoria do trabalho e, para alguns cientistas sociais a leitura de uma nova classe média fruto do processo de mudança social, obviamente sustentada numa condição contra hegemônica, valorizando desta forma a sobrevivência dos grupos excluídos.

Ao examinar tal situação, fomos empenhados a ter um olhar humano na ótica da produtividade, além de entender a necessidade de novos modos de produção para a reprodução social, que também vem sofrendo mudanças nas suas estratégias ao longo da história. Destacamos uma nova classe média e interpretamos a transformação da classe burguesa definida pelo marxismo clássico, não tratada como um modismo pós-capitalista, mas uma categoria que venha suprir as deficiências do processo de transição da sociedade capitalista, cuja pretensão é a equalização da crise do desemprego e viabilizar novas fontes de renda.

Obviamente, a intenção não é criar o caos social, mas defender a existência de uma categoria que seja a mediadora entre o trabalhador e o investidor, algo como novas forças produtivas formadas em células de trabalho, ou pequenos negócios, relacionando-se em cadeias de produção, servindo o mercado interno e externo, conforme a sua especialidade e vocação. Buscamos como paradigma a ideia central do marxismo e do materialismo histórico de Karl Marx e Friederich Engel, a combinação da força de trabalho humana com os meios de produção (Instrumentos e objetos de trabalho, tecnologia, infraestrutura, ferramentas, máquinas, técnicas, materiais, conhecimento técnico etc.).

Para finalizar nossa análise, cuja visão central focou as questões da antropológica e social do processo de transformação num cenário de mudanças frente a globalização, recorreremos ao antropólogo Marc Augé, que atualmente coordena o *Centro de Antropologia dos Mundos Contemporâneos*, onde a partir dos anos 1980, diversificou seus estudos, voltando seu interesse para as realidades do mundo contemporâneo, com seus contextos urbanos. Criou um importante conceito para a Sociologia, o não-lugar, fazendo um paralelo à globalização local, diametralmente oposto ao lar e ao espaço personalizado, representado pelos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metro, pelos meios de transporte, pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados.

Os estudos deste antropólogo contemporâneo, vem de encontro ao tema de nosso estudo, quando no seu livro *“Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos”*, o autor, após examinar as relações da Antropologia com a História, critica o relativismo das teorias, enquanto doutrina, contrária de uma ideia absoluta, categórica e que afirma as verdades (mo-

rais, religiosas, políticas, científicas etc.), onde variam conforme a época, o lugar, o grupo social e os indivíduos de cada lugar. Além disso enfatiza a pluralidade das sociedades humanas e ataca também o *“discurso do consenso”*, característico dos teóricos da pos-modernidade.

O autor mostra que a Antropologia, tanto na unidade como na diversidade da contemporaneidade atual é necessário que a sua tradição permita adaptar-se as mudanças da história. Tal mudança afeta os aspectos da realidade empírica que o antropólogo observa.

A adaptação significa levar em consideração as novas modalidades de simbolização em curso, as quais colocam em funcionamento as redes de informação que são instrumentos de rituais dos indivíduos e todas as instituições integradas a essa rede.

No que tange ao *“Consenso e pós-modernidade: a prova da contemporaneidade”*, a sociedade pós-moderna é, por excelência, a sociedade globalizada, e nesta, o que chamamos de cultura global caracteriza-se pela *diversidade*, e não pela *uniformidade* como muitos afirmam. Da mesma forma, a sociedade pós-moderna, o pluralismo cultural não se restringe mais aos centros específicos, os quais, devido ao isolamento geográfico permitiam que os conflitos resultantes, fossem resolvidos pelo enraizamento da tradição.

Para a nossa ideia central, o idoso passa a ter uma análise específica diante da realidade regional. Num espaço comprimido pelos novos meios de transportes e das novas tecnologias de informação e comunicação, intensificaram-se os fluxos de informação e de pessoas, colocando todos em contato com todos, e principalmente com diferentes maneiras de viver, pensar e sentir a vida.

Por isto na globalização, o pluralismo cultural é recolocado sob a forma de redes, e cada espaço transforma-se numa rede de relações sociais altamente complexas, num entrelaçar cada vez mais intenso de diferentes culturas. Esta é a oportunidade emancipadora pós-moderna de que fala o sociólogo Zygmunt Bauman. A sociedade globalizada num espaço que coloca em contato todos os tipos de diferença, ela amplia as possibilidades de embate entre espaços dialógicos e fundamentalismos. A opção pela democracia dialógica representa um potencial para o relacionamento pacífico; já a opção pelo fundamentalismo está associada à violência. O que pode parecer, na questão contra hegemônica, ela estar alinhada ao fundamentalismo, condição para este texto não ser verdadeiro, pois optamos pela transformação e não pela revolução.

Para tal, buscamos algumas reflexões dos filósofos contemporâneos, viabilizando ao leitor sua própria análise sobre o texto que vimos construindo.

Marcel Gauchet, filósofo, historiador francês, diz que a partir que o indivíduo esta fazendo parte da sociedade, sempre haverá tensão intelectual e política.

Jean-François Lyotard, filósofo francês e um dos mais importantes pensadores na discussão sobre a pós-modernidade, entende que a condição pós moderna sobrepõe-se outra modalidade do social, que corresponde as obrigações do sistema, mas permite a iniciativa individual.

Em suma, o problema da antropologia atual esta na espera convencional por uma homogenização do mundo á imagem do Ocidente, cujo mundo onde todos os povos fossem um unico povo, moderno e desenvolvido, seguido do esquema urbano e industrial, falando ingles, que nos dá uma forte ideia de hegemonia.

Na ótica da política como contemporânea, a antropologia torna-se possível e necessária para esta discussão, a partir de três experiências: da pluralidade; da alteridade; identidade e, de certa forma, levando-nos algumas dúvidas, tais como a: Confusão entre pluralidade e alteridade; O relativismo paralelo a condição humana, que transcende a diversidade das culturas; A identidade, nesta perspectiva é cultural e, em relação à condição humana ela é compartilhada; A pluralidade é relativizada a partir do momento em que a diversidade de cada configuração cultural torna-se etapa obrigatória num eixo da evolução.

Numa primeira conclusão, Np leva a entender que a alteridade é relativizada da mesma maneira quando da fusão de identidade na civilização compartilhada. Entre uma alteridade relativizada na sincronia (assim como as culturas que exprimem) e uma alteridade relativizada no tempo (assim como as etapas que a definem), é sempre a evidencia da pluralidade. Enquanto a linguagem sociopolítica da identidade estabelece as relações entre um indivíduo e as diversas coletividades de que ele faz parte ou não, a linguagem psicofilosófica da alteridade levanta a questão da relação entre pessoas. Finalmente, a crise da modernidade, na qual alguns vêem uma crise de identidade, poderia ser antes imputada ao fato de uma das duas linguagens: A identidade e Alteridade;

Ao tratar da política e, mais especificamente das políticas públicas, ela obedece a certo numero de obrigações formais (situação no tempo e no espaço), ao tratar de uma alteridade (publico em geral e adversários políticos) e ao tentar estabelecer, por uma identidade nacional, um consenso a afirmação de uma identidade individual.

Bibliografia

ASCHCRAFT, Richard. A análise do liberalismo em Weber e Marx. In: COHN, G. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

AUGÉ, Marc. *Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BEOZZO, José Oscar; VOLANIN, Cremildo José (orgs). *Alternativas à crise, por uma economia social e ecologicamente responsável*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAIA, Vera; MACHADO, Eliel (orgs). *Ciências Sociais na Atualidade*. São Paulo: Paulus, 2009.

COCCO, Giuseppe; VILARIM, Gilvan. *O capitalismo cognitivo em debate*. Rio de Janeiro, 2009.

COX, Pamela (Organizadora Presidente), Sumário: “Envelhecendo em um Brasil mais Velho”; Implicação do envelhecimento populacional sobre crescimento econômico, redução da pobreza, finanças públicas e prestação de serviços. Banco Mundial – LAC, USA, 2011.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário*. São Paulo: Campinas: Paz e Terra; UNICAMP, 2002.

FLEURY, Sonia. *O Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

LESSA, Sergio. Lukács e a ontologia: Uma introdução. *Revista do Instituto de Estudos Sociais*, 2001/Outubro -nº (05).

_____. *Mundo dos homens, trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MILLS, Wright. O trabalho. In: *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo, Cortez, 2004.

ROCHA, Antonio Sergio. O Estado – Nação Europeu frente aos desafios da Globalização- O passado e o futuro da soberania e da cidadania. *Novos estudos – CEBRAP*, 43, Nov 95.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, Outubro 2005. p. 7-44.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania - A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educação popular: metamorfoses e veredas*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Existe Sociedade contra hegemônica?* São Paulo: Tempo e perspectiva, 2009.

ZEITLIN, Irving. *Ideologia y teoria Sociologica*. Buenos Aires: Amorrortu. (Parte III: El Manantial Marxista)

1 Doutorando em Ciências Sociais / Antropologia pela PUC/SP; Mestre em Gerontologia Social pela PUC/SP; Psicólogo Social; Professor universitário; Pós Graduação em Administração de Recursos Humanos e Economia e Relações do Trabalho; Consultor em assuntos de desenvolvimento organizacional e mudança comportamental e formação sindical; Expositor Nacional e Internacional, nesse ultimo destacando: Universidade de Havana / Cuba – Tema: “Uma Introdução ao Enfoque Histórico e Cultura”; Universidade Avero /Portugal- Tema:” Educação e Trabalho”; Universidade Sorbone/ Paris – Tema:” Estudos da psicologia Social”; Universidade Autónoma do México DF- Tema; “(re) La Capacidad y La Socialización Envejecieron Nuevo”. Contato: consultoresdb@terra.com.br